

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.220 - PR (2018/0230107-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES E OUTRO(S) - PR049826
AGRAVADO : MADEIRAS CURIUVA - COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS EIRELI
OUTRO NOME : DENISE PATRICIA MOURA DOS SANTOS FI
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO JOAQUIM E OUTRO(S) - PR012569
PAULO ADRIANO BORGES - PR037184
JULIANO MACIEL ABRÃO - PR047208

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS (LUCROS CESSANTES) E MORAIS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. LUCROS CESSANTES CARACTERIZADOS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por HDI SEGUROS S.A, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pelas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de incidência da Súmula 07/STJ (e-STJ fls. 1036-1038).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 1041-1048).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa ao art. 510 do Código de Processo Civil, e ao art. 402 do Código Civil, sustentando, em síntese, a improcedência do pedido de liquidação de sentença, haja vista que inexistem lucros cessantes no caso em comento. Aduz, ainda, dissídio pretoriano.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1024-1032).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega ofensa ao art. 510 do Código de Processo Civil, e ao art. 402 do Código Civil, sustentando, em síntese, a improcedência do pedido de liquidação de sentença, haja vista que inexistem lucros cessantes no caso em comento. Aduz, ainda, dissídio pretoriano.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 949-958):

HDI SEGUROS S.A. peticionou, às fls. 662/663, requerendo fosse julgada totalmente improcedente a fase de liquidação de sentença, tendo em vista não ter restado comprovada diminuição de receita da autora após a ocorrência do sinistro. Em relação a impugnação ao laudo pericial, determinou o r. Juízo a quo a intimação do Sr. Perito para manifestação.

Devidamente intimado, o Sr. Perito pontuou, sucintamente, que "(...) a empresa autora não mantém na contabilidade uma conta específica para este fim, tornando a pretensão de levantamento do impacto da perda do bem impossível do ponto de vista técnico." (sic) (...)

A presente demanda, como acima discorrido, se encontra em fase de liquidação de sentença, no que diz respeito, tão somente, aos lucros cessantes (reconhecidos em Sentença e Acórdão). (...)

No caso em apreço é incontroverso que a autora deixou de utilizar o veículo para frete, deixando, conseqüentemente, de obter rendimentos em razão de tal atividade.

Não se discute, portanto, que houve reflexos patrimoniais, pela inatividade forçada.

Contudo, não se pode admitir referida indenização em caráter hipotético, presumido ou dissociada da realidade. Sob tal perspectiva, tanto a r. Sentença, como o v. Acórdão, determinaram a sua apuração em sede de liquidação de sentença.

Ocorre que, em sede de liquidação de sentença, o Sr. Perito concluiu que, como a contabilidade da autora não separa a atividade de transporte (frete) com o comércio e exportação de madeira, não foi possível mensurar a margem de contribuição do caminhão segurado para a empresa.

Superior Tribunal de Justiça

Diante desse fato e, fazendo um comparativo entre os anos de 2007 e 2008, concluiu que não houve perda de receita, mesmo diante da ocorrência do sinistro.

Entretanto, em que pese não exista uma escrituração contábil regular, como admitiu a autora em sede de Apelo e, diante do fato incontroverso de que a empresa deixou de auferir lucro com a impossibilidade de utilizar o caminhão para frete, bem como, tendo a autora juntado, com a inicial, nota fiscal do valor do frete realizado no dia do sinistro (R\$500,00 - fl. 21), é possível que a liquidação do valor relativo aos lucros cessantes seja apurada por arbitramento.

Importante frisar que não se está desmerecendo a perícia feita pelo Expert, que realizou seu trabalho com base nos dados que lhes foram repassados. Entretanto, apesar de ter sido apurado que "não houve perda de receita, mesmo diante da ocorrência do sinistro", este fato não pode prevalecer, pois, em que pese a receita geral da empresa não tenha tido grande abalo, em virtude de um único caminhão de frete, certo é que a empresa deixou de faturar com esse automóvel e, portanto, deve ser indenizada. (...)

Desse modo, a exequente deve ser indenizada pelos lucros cessantes referentes ao período em que não pode usufruir de seu bem de serviço (13.02.08 a 15.08.11 - 3,5 viagens semanais), tendo como base o valor do frete apresentado na nota fiscal à fl. 21 (R\$500,00).

Entretanto, sobre o montante encontrado, deverão ser descontados os valores relativos as despesas do caminhão neste período (como por exemplo, gasolina, troca de óleo, pneus...).

Com efeito, vislumbra-se que a irresignação da parte ora agravante não merece guarida, uma vez que, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente quanto ao fato de que (a) "*é incontroverso que a autora deixou de utilizar o veículo para frete, deixando, conseqüentemente, de obter rendimentos em razão de tal atividade*"; de que (b) "*houve reflexos patrimoniais, pela inatividade forçada*"; bem como de que, (c) "*em que pese a receita geral da empresa não tenha tido grande abalo, em virtude de um único caminhão de frete, certo é que a empresa deixou de faturar com esse automóvel e, portanto, deve ser indenizada*", demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a

teor da Súmula 07/STJ.

A propósito, *mutatis mutandis*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
1. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL OU DO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL POR DECISÃO
MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 932, IV E V, DO
CPC/2015. EVENTUAL VÍCIO NA DELIBERAÇÃO
UNIPESSOAL É SANADO, MEDIANTE A APRECIÇÃO DA
CONTROVÉRSIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO, NO ÂMBITO
DO AGRAVO INTERNO. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO
DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE IRRISORIEDADE.
PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. APONTADA
CONTRARIEDADE AOS ARTS. 927, 949 E 950 DO CC.
CONTEÚDO NORMATIVO DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS
LEGAIS QUE NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES A
AMPARAR A TESE SUSCITADA. FUNDAMENTAÇÃO
DEFICIENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. 3.
LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO NOS AUTOS.
INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO
DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de ser permitido ao relator decidir monocraticamente o recurso, quando amparado em jurisprudência dominante ou Súmula de Tribunal Superior, consoante exegese do art. 932, IV e V, do CPC/2015. Eventual mácula na deliberação unipessoal fica superada, em razão da apreciação da matéria pelo órgão colegiado na seara do agravo interno.

2. O entendimento deste Tribunal é assente no sentido de que, não sendo os conteúdos normativos dos dispositivos de lei federal arrolados (arts. 927, 949 e 950 do Código Civil de 2002) aptos a fundamentar a tese deduzida nas razões do recurso especial - acerca da apontada irrisoriedade do quantum de danos morais fixados nas instâncias ordinárias -, evidencia-se a deficiência na fundamentação, a atrair a incidência da Súmula 284/STF.

3. A modificação da conclusão delineada no acórdão recorrido - a respeito da não comprovação dos lucros cessantes - demandaria necessariamente o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, atraindo, assim, o óbice disposto na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1362055/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019) - g.n.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, melhor sorte não socorre à parte agravante, inclusive quanto ao alegado dissídio pretoriano.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

